

Nota Técnica

Número: 20/20-DCC
Data: 07/08/2020
Origem: 5ª/GRD/UEP
Referências: PR/AJ/LOV Nº 406/2020.

Objetivo

Responder as indicações de necessidade de justificativas adicionais apontadas pela PR/AJ em relação aos autos do processo nº 59550.000406/2020-61 que trata da modalidade Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço, que tem por objeto a Execução dos serviços de pavimentação, em paralelepípedo, de 289.992 m² de vias urbanas e rurais, em municípios no Estado de Alagoas.

Histórico e Contextualização

Em 19/06/2020, a 5ª/GRD recebeu a CI nº 032/2020, solicitando a elaboração da documentação necessária, para realizar procedimento licitatório, na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, pelo Sistema de Registro de Preços, sob o regime de "Empreitada por preço unitário", tendo por objeto a prestação de serviços de construção de pavimentação, em paralelepípedos, em municípios pertencentes à área de atuação da 5ª Superintendência Regional da CODEVASF, no Estado de Alagoas.

Em 30/06/2020 foi encaminhado para a 5ª/GB a documentação solicitada e requisitada a análise da pertinência do objeto solicitado, à Assessoria Jurídica da 5ª SR. Também, foi solicitada a elaboração do Edital, à Secretaria Regional de Licitações da 5ª SR;

Em 07/07/2020, foi emitido Parecer Jurídico nº 150/2020/AJ/MSSM (fls. 163 a 167) , favorável ao prosseguimento dos procedimentos licitatórios;

Em 21/07/2020 a PR/SL anexou ao processo a Minuta de Edital (fls. 174 a 227);

Em 30/07/2020 a PR/AJ emitiu Parecer Jurídico concluindo pela possibilidade jurídica da licitação, desde que atendidas as missivas do presente parecer (fls. 229 a 235);

Em 05/08/2020 foi emitida a Resolução nº 555, condicionando a publicação do Edital ao cumprimento dos apontamentos contidos no Parecer Jurídico PR/AJ, fls. 229 a 235;

Análise Técnica

Em relação as indicações realizadas pela PR/AJ, temos as seguintes considerações:

Indicação 1: Sobre a substituição do paralelepípedo granítico pelo paralelepípedo arenítico.

Não será admitida no contrato a substituição do paralelepípedo granítico pelo paralelepípedo arenítico.

Indicação 2: Os serviços de engenharia pretendidos são de baixa complexidade, padronizáveis, passíveis de ser objetivamente definidos no edital segundo especificações usuais de mercado;

Em todas as regiões que se utilizam desses serviços, eles são executados com as mesmas técnicas construtivas e basicamente com os mesmos materiais e nível de mão-de-obra, sendo caracterizado como um serviço comum de engenharia por se tratar de atividades de baixa complexidade e pequeno porte com padrões de desempenho e qualidade usuais de mercado.

Indicação 3: Não é possível definir, desde logo, o momento e/ou quantitativos efetivamente necessários, sendo o registro de preços, motivadamente, a solução mais eficiente.

Resposta: O interesse público vem se manifestando, reiteradamente com a demanda desse tipo de objeto, no decorrer de cada exercício. Os municípios solicitam, sem prazo determinado e a Codevasf procura atende-las de forma eficiente e atual.

Indicação 4: Justificar que foi estipulado lance mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Decreto 10.024/2019, Art. 14 inciso III combinado com o Art. 31, parágrafo único:

O intervalo mínimo de valores entre os lances, inclusive os intermediários, o decreto proporcionam à administração o poder discricionário para definir tal dispositivo.

Este valor é avaliado pela conveniência, oportunidade e justiça, com objetivo de evitar lances com intervalos mínimos insignificantes R\$ 0,01 (1,0 centavo).

Estabelece-se, assim, o entendimento de que R\$ 50,00 é um valor que evita o aviltamento do valor do intervalo e não prejudica ou restringe a capacidade do licitante lançar, visto que o valor estimado é de considerável monta. O valor definido guarda total proporcionalidade com o valor estimado para a contratação.

Em síntese o valor definido deve cuidar ou garantir a proporcionalidade, competitividade e seriedade dos lances.

Fundamentação Legal

Lei 13.303/2016.

Decreto nº 7.983/2013.

Decreto nº 10.024/2019.

Considerações Finais

Estas justificativas baseiam-se na legislação indicada e nos conhecimentos técnicos acumulados durante a execução de contratos cujos objetos são idênticos no âmbito da 5ª SR.

Assim encaminha-se pela viabilidade do pleito.

É o parecer que submeto à apreciação superior.

Fontes de Pesquisa

- Termo de Referência – SRP.
- Processo nº 59550.000406/2020-61

Responsável pelas Informações

Dayane Carvalho da Costa

Analista em Desenvolvimento Regional
Chefe da Unid. de Estudos e Projetos
5ª/GRD/UEP - CODEVASF - 5ª/SR

De Acordo

Thaise Lima Tojal

Gerente Regional de Infraestrutura
5ª/GRD - CODEVASF - 5ª/SR